

## FINANÇAS

### Gabinete da Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais

#### Despacho n.º 335/2025

**Sumário:** Designa a licenciada Ana Cristina Sousa Falcão Miguel Trovão para exercer o cargo de subdiretora-geral da área de gestão aduaneira da Autoridade Tributária e Aduaneira.

Considerando que a Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CReSAP) realizou o procedimento concursal n.º 1507\_CReSAP\_28\_07/24, com vista ao preenchimento do cargo de subdiretor-geral para a área de gestão aduaneira da Autoridade Tributária e Aduaneira;

Considerando os resultados obtidos em sede do referido procedimento concursal, desenvolvido nos termos do Estatuto do Pessoal Dirigente, e a fundamentação constante da proposta de designação elaborada pelo respetivo júri, nos termos do n.º 8 do artigo 19.º do referido Estatuto:

1 – Designo, ao abrigo do disposto no n.º 12 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, e na sequência de procedimento concursal, a licenciada Ana Cristina Sousa Falcão Miguel Trovão para, em comissão de serviço e pelo período de cinco anos, exercer o cargo de subdiretora-geral da área de gestão aduaneira da Autoridade Tributária e Aduaneira, a que se refere o n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 117/2011, de 15 de dezembro, e o n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 118/2011, de 15 de dezembro, ambos na sua redação atual.

2 – Para efeitos do disposto no n.º 16 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

3 – O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de janeiro de 2025.

27 de dezembro de 2024. – A Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais, Cláudia Maria dos Reis Duarte Melo de Carvalho.

#### Nota curricular

1 – Dados pessoais:

Ana Cristina Sousa Falcão Miguel Trovão.

Data de nascimento: 1 de abril de 1962.

2 – Habilitações literárias:

Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa, em 1985;

Curso de pós-graduação em Estudos Europeus, vertente jurídica, do Instituto Europeu da Faculdade de Direito de Lisboa, em 1988.

3 – Experiência profissional:

Ingressou na Direção-Geral das Alfândegas, por despacho do SEAF publicado no *Diário da República*, de 20 de novembro de 1986;

Exerceu funções na Alfândega do Aeroporto de Lisboa como técnica, nas áreas de importação, exportação e verificação de mercadorias até 1991;

Participou no grupo de trabalho que eliminou o título de registo de propriedade do ato de desalfandegamento de mercadorias, resultando no Decreto-Lei n.º 291/89, de 2 de setembro;

Exerceu funções de técnica jurista na Direção de Serviços de Administração dos Impostos Internos/Divisão de Regimes de Importação de Veículos Automóveis por despacho do diretor-geral publicado no *Diário da República*, de 25 de fevereiro de 1991. Neste âmbito participou na implementação

do imposto automóvel (IA), através da publicação do Decreto-Lei n.º 90/93, de 18 de fevereiro, e de toda a legislação complementar. Participou na criação do Sistema de Fiscalidade Automóvel (SFA), na criação das matrículas de exportação, bem como no estabelecimento da ligação à DGV para atribuição de matrícula nacional;

Foi colocada no Gabinete de Auditoria Interna da Direção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo através do despacho do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais publicado no *Diário da República*, de 22 de outubro de 1993. Como representante do Gabinete participou em conjunto com a IGF no Grupo de Iniciativa Conjunta, que reunia Portugal, Dinamarca, Holanda, Áustria, Suécia e Reino Unido, de onde resultou a elaboração de um guia de procedimentos de auditoria interna. Participou ainda num grupo de projeto que efetuou o levantamento funcional das alfândegas nacionais (duas alfândegas);

Integrou a Administração Geral Tributária por despacho do Ministro das Finanças datado de 28 de abril de 2000, tendo desempenhado funções de chefe de equipa desde 1 de janeiro de 2001;

Foi nomeada chefe da Divisão Operacional do Sul, da Direção de Serviços Antifraude da DGAIEC, pelo Despacho n.º 85/2002, de 21 de janeiro, do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, publicado no *Diário da República*, n.º 38, de 14 de fevereiro de 2002, onde desempenhou funções nas áreas inspetiva e de investigação criminal (inspeções externas, auditorias prévias à concessão de estatutos e investigações criminais). Representou Portugal no grupo de trabalho que juntou a Comissão Europeia, Portugal, Espanha, Suécia e Dinamarca na elaboração de um guia de auditoria interna para a União Europeia;

Voltou a integrar o grupo de projeto da Comissão Europeia para a atualização do guia de auditoria juntamente com a Holanda, Reino Unido e Letónia, que elaborou uma versão atualizada do guia de auditoria interna publicado pela Comissão Europeia em 2015;

Assumiu o cargo de diretora da Alfândega do Aeroporto de Lisboa, em regime de substituição, de 1 de julho de 2020 a abril de 2021;

Foi nomeada diretora da Alfândega Marítima de Lisboa em 1 de fevereiro de 2014, cargo que exerce até ao presente;

Em 2024, participou no grupo de projeto da Organização Mundial das Alfândegas (OMA) para elaboração de um compêndio de boas práticas para controlo de passageiros da navegação de cruzeiros.

#### 4 – Formação complementar:

Curso de Formação de Formadores, RFAACADEMY, 2018;

FORGEP – Programa de Formação em Gestão Pública, 2019.

318516725